



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA
1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0011572-30.2021.6.05.8000
INTERESSADO : SEDAS
ASSUNTO : Impugnação ao edital do Pregão Eletrônico 39/2021 - Manutenção de equipamento odontológico

PARECER nº 713 / 2021 - PRE/DG/ASJUR

1. Os autos foram enviados a esta Assessoria para análise da impugnação formulada pela empresa QUALIMEDICAL EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. (doc. 1797638).

2. A Impugnante pleiteia a modificação da condição 11.1.7 do edital, a fim de que se exija o registro das licitantes no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, bem como a comprovação de aptidão técnica através de atestado averbado no referido Conselho, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico - CAT, sob a alegação de que a Norma de Fiscalização nº 01/96 do CREA estabeleceu critérios e parâmetros para as atividades de manutenção de equipamentos eletroeletrônicos da área de saúde, e previu procedimentos básicos para classificação de diversos grupos de equipamentos, dentre os quais os que utilizam radiação ionizante.

2.1. Saliente-se que assim dispõe a condição atacada:

11.1.7. Qualificação técnica:

a) A licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução de serviço de manutenção em equipamentos odontológicos.

3. O Pregoeiro, por seu turno, ao receber a impugnação, entendeu pela sua procedência, ao argumento de que a RDC nº 20 da ANVISA, de 26 de março de 2012, que altera a RDC nº 2, de 25 de janeiro de 2010¹, torna necessária a exigência de profissional com nível superior e com registro em seu conselho de classe para realizar serviços de manutenção em equipamento de saúde, citando, ainda, informações oriundas do CREA-PR e a Norma NF 12/92 do CREA/ES (doc. 1797643).

É o breve Relatório.

4. De início pontuamos que o pedido da empresa é tempestivo, tendo em vista o disposto no Seção XVIII do edital do Pregão nº 39/2021 (doc. 1786558).

5. Quanto à mencionada Norma de Fiscalização nº 01/96, esclarecemos que, não obstante vasta pesquisa nos sítios do CONFEA e do CREA-BA, e nos sites de busca em geral da internet, somente logramos confirmar a validade do normativo, o qual segue anexo (doc. 1800832), após consulta ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia por meio de atendimento virtual² e contato telefônico.

5.1. A referida NF nº 01/96, emitida pela Câmara Especializada de Engenharia Elétrica - CEEE, reza o seguinte:

A CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA ELÉTRICA no uso das atribuições que lhe conferem os artigos nºs 1, 6, 7, 8 e 46, letra “e” da Lei nº 5.194/66, bem como os artigos nº 1 e 3 da Lei 6.496 / 77, a Lei nº 5.524/68, a Resolução nº 218/ 73 do CONFEA, o Decreto nº 23.569/33, de 12/12/33 e

(...)

Adotar parâmetros e procedimentos constantes da Seção III, como base para o exercício da fiscalização, na área da competência dos CREAs, das atividades profissionais mencionadas na Seção I.

(...)

III – PARÂMETROS E PROCEDIMENTOS BÁSICOS PARA A FISCALIZAÇÃO

Em razão do exposto na Seção II, ficam estabelecidos os seguintes parâmetros e procedimentos para o exercício da fiscalização:

1º - as atividades de projeto, instalação e **manutenção de equipamentos eletro-eletrônicos da área de saúde, deverão ser executadas por profissionais e empresas devidamente registrados nos CREAs;**

2º - para efeito desta Norma, os equipamentos ficam classificados em quatro grupos:

a) 1º GRUPO: equipamentos usados em terapia e monitoração;

b) 2º GRUPO: equipamentos usados em diagnósticos;

c) 3º GRUPO: equipamentos usados em laboratórios e de apoio e

d) 4º GRUPO: equipamentos que utilizam radiações ionizantes.

3º - as atividades de projeto, instalação e **manutenção de equipamentos dos 1º 2º e 3º GRUPOS deverão ser executadas por Pessoa Física e ou Jurídica, devidamente registradas nos CREAs e sob a responsabilidade técnica de Engenheiro Eletricista;**

4º - as atividades de instalação e manutenção dos equipamentos dos GRUPOS 2º e 3º, **poderão ficar sob a responsabilidade técnica de Engenheiros Operacionais, Tecnólogos ou Técnicos de 2º Grau, na área da ENGENHARIA ELÉTRICA**, através da apreciação de documentação comprobatória da formação específica ou experiência nas atividades envolvidas a critério das CEEE, em função do nível de complexibilidade técnica e risco à vida humana;

5º - as **atividades do 4º GRUPO, deverão ser executadas por profissionais em empresas devidamente registrados nos CREAs e sob a responsabilidade técnica do Engenheiro Eletricista;**

5.1 – A solicitação de registro nos CREAs deverá ser acompanhada da comprovação do atendimento das exigências do CNEN.

5.2 – A atividade de instalação e manutenção de fontes radioativas é de competência dos profissionais licenciados e/ou autorizados pela CNEN em cumprimento de Normas específicas (ver referências em Informações complementares);

6º - deverá ser exigida a ART para cada contrato de serviço de projeto, instalação e de manutenção executados e

7º nos contratos de manutenção por prazo indeterminado, será recolhida a taxa correspondente ao valor do serviço contratado no primeiro mês do período de validade da ART, multiplicado por doze (doze):

IV – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

1- DEFINIÇÕES

1.1 – **PROJETOS**: atividade técnica que envolve a concepção do empreendimento, seleção e especificação de equipamentos e materiais, cálculos de parâmetros elétricos/eletrônicos para sua execução, tudo isto executado em rigorosa obediência às Normas específicas da ABNT, vigentes e, onde essas forem omissas ou inexistentes, conforme Normas estrangeiras aplicáveis;

1.2 – **INSTALAÇÃO**: atividade técnica que envolve a ligação e montagem de equipamentos e acessórios no local, os seus testes de operação para confirmação do funcionamento satisfatório;

1.3 – **MANUTENÇÃO**: atividade que envolve o acompanhamento e solução, de problemas que afetam o desempenho satisfatório dos equipamentos, com a substituição de componentes, módulos ou partes, incluindo testes com o uso de instrumentos e aparelhos adequados;

1.4 – **RADIAÇÃO IONIZANTES**: qualquer radiação eletromagnética ou de partículas que ao inteagir com a matéria ioniza direta ou indiretamente seus átomos ou moléculas;

1.5 – **FONTE DE RADIAÇÃO**: aparelho ou material que emite ou é capaz de emitir radiação ionizante;

1.6 – **FONTE RADIOATIVA**: material radioativo interagido como fonte de radiação;

1.7 – **RADIAÇÃO X**: radiação produzida pelo freamento ou aceleração de partículas carregadas;

1.8 – **INSTALAÇÃO RADIOATIVA**: estabelecimento ou instalação para proteção, utilização, transporte ou armazenagem de fontes radioativas.

ANEXO A NORMA DE FISCALIZAÇÃO NF-01/95 DA CEEE/CREA-BA

(...)

RELAÇÃO DE ALGUNS EQUIPAMENTOS DA ÁREA DE SAÚDE POR GRUPO

1º GRUPO: ALGUNS EQUIPAMENTOS USADOS EM TERAPIA E MONITORIZAÇÃO TERAPIA

(...)

- Aparelho de Ultrassom

(...)

3º GRUPO: ALGUNS DOS EQUIPAMENTOS USADOS EM LABORATÓRIOS E DE APOIO

(...)

- Cadeira Odontológica

(...)

4º GRUPO: ALGUNS DOS EQUIPAMENTOS QUE UTILIZAM RADIAÇÕES IONIZANTES

(...)

- Aparelho para Raios X

(...)

A presente Norma de Fiscalização entrará em vigor a partir da sua assinatura.

Salvador, 13 de março de 1996. (destacou-se)

5.2. Convém consignar, outrossim, que a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 330/2019³ da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, a qual estabelece os requisitos sanitários para a organização e o funcionamento de serviços de radiologia diagnóstica ou intervencionista, e regulamenta o controle das exposições médicas, ocupacionais e do público decorrentes do uso de tecnologias radiológicas diagnósticas ou intervencionistas, traça as seguintes diretrizes a serem observadas por fornecedores, prestadores de serviços de manutenção, de assistência técnica de equipamentos, de controle de qualidade e de proteção radiológica terceirizados:

Art. 28. O serviço de radiologia diagnóstica ou intervencionista deve estabelecer e implementar padrões de qualidade de imagem, garantir a sua manutenção, e assegurar que os equipamentos sejam operados apenas dentro das condições de uso estabelecidas nesta Resolução, nas demais normativas aplicáveis, e nas especificações dos fabricantes.

Parágrafo único. Para fins de garantia da qualidade e da segurança nos sistemas, o serviço de radiologia diagnóstica ou intervencionista deve realizar testes de aceitação e constância, além de **manutenções preventivas e corretivas, conforme estabelecido nas demais normativas aplicáveis**, e manter os relatórios e laudos arquivados no serviço.

(...)

Art. 77. O serviço de saúde deve adotar mecanismos para garantir que os fabricantes, importadores, distribuidores, as empresas prestadoras de serviço de manutenção, assistência técnica de equipamentos, controle de qualidade ou de proteção radiológica:

I - atendam aos requisitos estabelecidos nesta Resolução e nas demais normativas aplicáveis;

II - assegurem que suas equipes técnicas estejam legalmente habilitadas, qualificadas e cientes dos requisitos de desempenho e de segurança dos equipamentos utilizados;

III - assegurem que os equipamentos e dispositivos utilizados nos testes e avaliações satisfaçam os requisitos estabelecidos nesta Resolução, nas instruções de uso dos fabricantes e nas demais normativas aplicáveis;

IV - registrem todos os serviços ou intervenções executados nos sistemas de radiologia diagnóstica ou intervencionista, contendo, no mínimo, a identificação do serviço de saúde e do equipamento implicados, o detalhamento do serviço, a identificação do responsável pela execução do serviço ou intervenção e assinatura do representante do serviço de saúde;

V - quando couber, entreguem ao responsável legal do serviço de radiologia diagnóstica ou intervencionista o equipamento acompanhado do relatório de testes de aceitação, com os resultados de todos os testes descritos nas normativas aplicáveis, além dos testes recomendados pelo fabricante, para comprovação do desempenho relativo a requisitos específicos que não estejam contemplados nesta Resolução;

VI - realizem verificação após qualquer intervenção ou reparo em um equipamento de radiologia diagnóstica ou intervencionista, e certifiquem formalmente a restituição para as condições de operação antes da queixa; e

VII - arquivem, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, cópias dos certificados emitidos, dos testes de aceitação dos equipamentos, registros dos serviços de assistência técnica, bem como os respectivos certificados de destruição de equipamentos, quando houver. (destacou-se)

5.3. Com efeito, da interpretação conjunta dos arts. 1º a 5º e do Anexo da Norma de Fiscalização nº 01/1996, do CEEE, e do art. 77, I, II e III da RDC nº 330/2019, da ANVISA, infere-se que os serviços de manutenção de equipamentos de raio X (item 09 do Pregão Eletrônico nº 39/2021) devem ser executados por pessoa jurídica devidamente registrada no CREA, e sob a responsabilidade técnica do Engenheiro Eletricista.

5.4. A mesma exigência se aplica aos itens 01 - aparelho de ultrassom e 07 e 08 - cadeiras odontológicas inseridos, respectivamente, no rol dos Grupos 1 e 3, se permitindo, em relação a estes dois últimos (itens 07 e 08), a execução por Engenheiros Operacionais, Tecnólogos ou Técnicos de 2º Grau, na área da Engenharia Elétrica, através da apreciação de documentação comprobatória da formação específica ou experiência nas atividades envolvidas a critério das CEEE, em função do nível de complexidade técnica e risco à vida humana.

6. Nada obstante, no que tange à comprovação da capacidade técnica, importante registrar que o Tribunal de Contas da União, por meio dos Acórdãos 1095/2013 - e 954/2016, ambos do Plenário, assim se manifestou em relação à fixação de exigências que podem vir a restringir o caráter competitivo das licitações:

Acórdão 1095/2013 - Plenário

Situação encontrada:

3.9.1. Foram identificadas diversas exigências em editais de licitações, para fins de habilitação, caracterizadas como **restritivas ao caráter competitivo do certame**, conforme deliberações desta Corte, indicadas em cada um dos casos a seguir relacionados.

3.9.2. Com relação aos requisitos de habilitação, são basicamente dois os princípios a serem observados quando da sua fixação no instrumento convocatório: legalidade e proporcionalidade. Neste sentido, **somente podem ser feitas exigências que a lei autoriza ou determina que seja exigido (art. 27, caput, c/c art. 30, caput, ambos da Lei 8.666/1993) e aquelas que se demonstrem serem indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações a serem assumidas perante o ente público contratante (art. 37, XXI, in fine, da Constituição Federal de 1988).**

(...)

c) Exigência de comprovação de que o licitante possui em seu quadro de pessoal engenheiro responsável com registro no CREA – [Acórdão 103/2008-TCU-Plenário](#), 1043/2010-P: processo 23081.017221/2010-40 – Pregão 382/2010;

(...)

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

(...)

9.3. dar ciência à UFSM e ao HUSM sobre as seguintes impropriedades:

(...)

9.3.1. **inclusão nos editais de licitação, para fins de habilitação, de cláusulas contendo exigências restritivas ao caráter competitivo, tais como as a seguir relacionadas**, uma vez que representam violação ao artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e aos artigos 3º, §1º, inciso I, e 30, §5º, da Lei 8.666/1993, além de jurisprudência do TCU, conforme [Acórdão 1350/2010-TCU-Primeira Câmara](#), 392/2011-Plenário, 103/2009-Plenário, 141/2008-Plenário, 1043/2010-Plenário, 2219/2010-Plenário e 1342/2006-Plenário:

(...)

iii) **Exigência de comprovação de que o licitante possui em seu quadro de pessoal engenheiro responsável com registro no CREA;** (destacou-se)

Acórdão 954/2016 - Plenário

VOTO

Os autos tratam de representação formulada pela empresa *Pro Eficiência Comércio e Serviço de Equipamentos Médicos, Hospitalares e Odontológicos* Ltda. – ME, noticiando irregularidades no Pregão Presencial 019/2015, destinado à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com reposição de peças para os equipamentos de consultórios odontológicos (cadeiras odontológicas, outros), aparelhos eletroeletrônicos (aspiradores, nebulizadores, autoclaves, fotopolimerizador, compressores) da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Ibirataia/BA, no valor de R\$ 60.000,00, sendo os valores máximos previstos de R\$ 30.000,00, respectivamente, para a aquisição de peças e realização de serviços, para o período de 12 meses.

2. A empresa representante apontou as seguintes irregularidades:

a) impugnou o edital, por meio de mensagem eletrônica, na data prevista de realização de 6/11/2015, sem obter resposta;

b) o edital não solicitou qualquer tipo de qualificação técnica, mas para executar o objeto é necessário conhecimento técnico específico;

c) estão sendo desrespeitados os arts. 3º da Lei 8.666/1993, 48 e 55 da Resolução Confea 1.025/2009, 60 da Lei 5.194/1966, 47 e 49 da Lei 3.688/1941, 1º da Lei 6.496/1977, e o Resolução - RDC 16/2013 da Anvisa.

(...)

7. Manifesto-me de acordo com a análise e proposta do Diretor, endossadas pelo Secretário da Secex/BA, adotando-as como minhas razões de decidir, sem prejuízo de tecer alguns comentários.

8. Como registrado pelo Diretor Técnico, não restou cabalmente demonstrado nos autos que os normativos citados pela empresa representante se aplicam aos serviços objeto do pregão em tela. **Concordo ainda com o Diretor no sentido de que o edital já dispõe de condição geral de participação no certame de empresas que possuam funcionários treinados, com experiência técnica e que desempenhem atividade compatível com o objeto. Ao meu ver, a partir das informações constantes dos autos, estas disposições editalícias suprem, minimamente, como ressaltou o Diretor técnico, a necessidade de serem estabelecidos requisitos técnicos aos licitantes.**

9. Em relação às questões apontadas pelo Auditor instrutor (item 3 acima), alinho-me ao Diretor e Secretário no sentido de que tais ocorrências não tiveram, em princípio, o condão de afetar a competitividade no certame. Em adição, não foi demonstrado que tais ocorrências prejudicaram a elaboração das propostas.

Feitas essas considerações, em sintonia com a proposta do Diretor e Secretário, manifesto-me no sentido de que o Tribunal aprove a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

(...)

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.3. considerar improcedente a representação formulada pela Pro Eficiência Comércio e Serviço de Equipamentos Médicos, Hospitalares e Odontológicos Ltda. – ME;

9.4. comunicar à Prefeitura Municipal de Ibirataia/BA e à representante a presente deliberação; e

9.5. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU. (destacou-se)

6.1. A despeito do posicionamento do TCU, observa-se que em situações que envolvam riscos à vida de pacientes, operadores e terceiros, como no caso de falhas técnicas na manutenção de equipamentos que emitem radiações ionizantes, bem como de equipamentos eletroeletrônicos da área de saúde, como na situação *in concreto*, necessário se fez estabelecer requisitos técnicos mínimos a serem cumpridos, os quais se traduzem em medidas preventivas a minimizar a exposição aos riscos inerentes à tecnologia utilizada.

7. Por fim, no que se refere à legislação citada pelo Pregoeiro ao se manifestar pelo acolhimento da impugnação, insta pontuar que tanto a RDC nº 20, de 26 de março de 2012, quanto a RDC nº 2, de 25 de janeiro de 2010, foram revogadas⁴ pela RDC nº 509⁵, de 27 de maio de 2021, a qual estabelece os critérios mínimos a serem seguidos pelos estabelecimentos de saúde para o gerenciamento de tecnologias em saúde utilizadas na prestação de serviços.

7.1. Em que pese a referida resolução prever que os estabelecimentos de saúde devem designar profissional com registro ativo junto ao seu conselho de classe, quando couber, para exercer a função de responsável pela elaboração e implantação do Plano de Gerenciamento de cada Tecnologia utilizada na prestação de serviços de saúde, esta nada dispõe sobre a eventual necessidade de registro de profissional em tais entidades para a realização de serviços de manutenção de equipamentos, não se aplicando, smj, à situação em comento. Senão vejamos:

Art. 1º Esta Resolução **possui o objetivo de estabelecer os critérios mínimos**, a serem seguidos pelos estabelecimentos de saúde, **para o gerenciamento de tecnologias em saúde utilizadas na prestação de serviços de saúde**, de modo a garantir a sua rastreabilidade, qualidade, eficácia, efetividade e segurança e, no que couber, desempenho, desde a entrada no estabelecimento de saúde até seu destino final, incluindo o planejamento dos recursos físicos, materiais e humanos, bem como, da capacitação dos profissionais envolvidos no processo destes.

Art. 2º Esta Resolução se aplica às seguintes tecnologias em saúde, utilizadas na prestação de serviços de saúde:

(...)

§ 2º A aplicabilidade desta Resolução **se restringe aos estabelecimentos** de saúde em âmbito hospitalar, **ambulatorial** e domiciliar e àqueles que prestam serviços de apoio ao diagnóstico e terapia, intra ou extra hospitalar.

(...)

Art. 3º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

(...)

IV - equipamento de saúde: conjunto de aparelhos e máquinas, suas partes e acessórios utilizados por um estabelecimento de saúde onde são desenvolvidas ações de diagnose, terapia e monitoramento, tais como: equipamentos de apoio, os de infraestrutura, os gerais e os médico-assistenciais;

V - equipamento de apoio: equipamento ou sistema, inclusive acessório e periférico, que compõe uma unidade funcional, com características de apoio à área assistencial, tais como: cabine de segurança biológica, destilador, deionizador, liquidificador, batedeira, banho-maria, balanças, refrigerador, autoclave, dentre outros;

(...)

VIII - **equipamento médico-assistencial: equipamento ou sistema**, inclusive seus acessórios e partes, de uso ou aplicação médica, odontológica ou laboratorial, **utilizado direta ou indiretamente para diagnóstico**, terapia e monitoração na assistência à saúde da população, e que não utiliza meio farmacológico, imunológico ou metabólico para realizar sua principal função em seres humanos, podendo, entretanto, ser auxiliado em suas funções por tais meios;

(...)

XI - gerenciamento de tecnologias em saúde: conjunto de procedimentos de gestão, planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, com o objetivo de garantir a rastreabilidade, qualidade, eficácia, efetividade, segurança e, em alguns casos, o desempenho das tecnologias de saúde utilizadas na prestação de serviços de saúde, desde sua entrada no estabelecimento de saúde até seu descarte, visando à proteção dos trabalhadores, à preservação da saúde pública e do meio ambiente e à segurança do paciente;

(...)

Art. 6º A execução das atividades **de cada etapa do gerenciamento pode ser terceirizada** quando não houver impedimento legal, devendo a terceirização obrigatoriamente ser feita mediante contrato formal.

Parágrafo único. A terceirização de qualquer das atividades de gerenciamento não isenta o estabelecimento de saúde contratante da responsabilização perante a autoridade sanitária.

Art. 7º O estabelecimento de saúde **deve designar profissional com nível de escolaridade superior, com registro ativo junto ao seu conselho de classe, quando couber, para exercer a função de responsável pela elaboração e implantação do Plano de Gerenciamento de cada Tecnologia** utilizada na prestação de serviços de saúde.

§ 1º É permitida a designação de profissionais distintos para coordenar a execução das atividades de cada etapa do gerenciamento das diferentes tecnologias de saúde.

§ 2º O profissional definido no caput deste artigo deve monitorar a execução do Plano de Gerenciamento e promover a avaliação anual da sua efetividade.

(...)

Art. 21. Ficam revogadas:

I - a Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 2, de 25 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 2010; e

II - a Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 20, de 26 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 27 de março de 2012.

Art. 22. Esta Resolução entra em vigor em 1º de julho de 2021. (destacou-se)

7.2. Por seu turno, as normas oriundas do CREA-PR e do CREA-ES, também citadas, se aplicam tão somente no âmbito de atuação dos respectivos Conselhos, não repercutindo nos serviços prestados no estado da Bahia, jurisdição do CREA-BA.

8. À vista do exposto, e com base nos arts. 1º a 5º e do Anexo da Norma de Fiscalização nº 01/1996, do CEEE, e do art. 77, I e II da RDC nº 330/2019, da ANVISA, opinamos pelo acolhimento da impugnação, ao tempo em que propomos as seguintes alterações no tópico 7.1 do TR e na condição 11.1.7 do edital:

Termo de Referência**7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

7.1. Será exigida da Licitante a apresentação da seguinte documentação de qualificação técnica:

7.1.1. Comprovante de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA), **para os itens 01, 07, 08 e 09**, ou ainda, no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), **para os itens 01, 07 e 08**, em ambos os casos da região à que estiver vinculada.

7.1.1.1. Caso a licitante seja de outro Estado da Federação e não apresente a certidão de registro no CREA-BA ou no CRT-BA, deverá apresentar, antes da assinatura do contrato, comprovante de seu registro na Regional Bahia - CREA-BA, de acordo com o artigo 3º, II, da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA, ou no CRT-BA, conforme disposto no art. 5º, §2º da Resolução nº 35, de 25 de outubro de 2018, do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

7.1.2. Um ou mais atestados, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços de manutenção em equipamentos odontológicos.

Edital

11.1.7. Qualificação técnica:

a) Comprovante de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia (CREA), **para os itens 01, 07, 08 e 09**, ou ainda, no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), **para os itens 01, 07 e 08**, em ambos os casos da região à que estiver vinculada.

a.1) Caso a licitante seja de outro Estado da Federação e não apresente a certidão de registro no CREA-BA ou no CRT-BA, deverá apresentar, antes da assinatura do contrato, comprovante de seu registro na Regional Bahia - CREA-BA, de acordo com o artigo 3º, II, da Resolução nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019, do CONFEA, ou no CRT-BA, conforme disposto no art. 5º, §2º da Resolução nº 35, de 25 de outubro de 2018, do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

b) Um ou mais atestados, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços de manutenção em equipamentos odontológicos.

9. No mais, deverão ser mantidas as demais exigências na forma originariamente vista no edital do Pregão nº 39/2021.

É o parecer, *sub censura*.

1. E não de 2012, como consta do doc. 1797643.

2. Mediante videoconferência nas salas Atendimento Virtual - Fiscalização e Atendimento Virtual - Assuntos Diversos. Disponível em: <http://www.creaba.org.br/atendimento-virtual/>.

3. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-rdc-n-330-de-20-de-dezembro-de-2019-235414748?inheritRedirect=true>.

4. Consoante se verifica em: <http://antigo.anvisa.gov.br/legislacao/#/visualizar/451289>.

5. Disponível em: http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/6278712/RDC_509_2021_COMP.pdf/b948b667-2717-4450-9033-5d7495601750. Acesso em: 11 dez. 2021.



Documento assinado eletronicamente por **Danielly Regina de Carvalho**, Técnico Judiciário, em 15/12/2021, às 12:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1799036** e o código CRC **15587E0D**.